



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Comunicação Social – Jornalismo

VANESSA DE ARAÚJO SANTOS

**AS BOLAS DA VEZ: A INVASÃO DAS MULHERES NO
JORNALISMO ESPORTIVO TELEVISIVO BRASILEIRO**

**Brasília – DF
2012**

VANESSA DE ARAÚJO SANTOS

**AS BOLAS DA VEZ: A INVASÃO DAS MULHERES NO
JORNALISMO ESPORTIVO TELEVISIVO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Comunicação Social – Jornalismo do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília - DF

2012

Dedico essa conquista à Deus, que trabalhou junto comigo para que tudo desse certo, aos meus familiares, que me apoiaram e entenderam minha ausência durante a confecção do trabalho e em especial ao meu filho, meu melhor motivo para querer crescer profissionalmente.

VANESSA DE ARAÚJO SANTOS

AS BOLAS DA VEZ: A INVASÃO DAS MULHERES NO JORNALISMO ESPORTIVO BRASILEIRO

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de

BRASÍLIA – DF, DE NOVEMBRO DE 2012.

BANCA EXAMINADORA

Professor Examinador:

Professor Examinador:

Professor Examinador

RESUMO

O tema desenvolvido nessa pesquisa, *As Bolas da Vez: a invasão das mulheres no jornalismo esportivo televisivo brasileiro* pretende trazer elementos a continuidade do debate acerca da participação da mulher em programas esportivos da televisão. Os estereótipos machistas que atribuem à mulher no jornalismo esportivo relativos à sexualidade, conhecimento e familiarização com a área.

Historicamente, a sociedade ocidental relegou à mulher um papel de subserviência à figura masculina, justificando tal condição à sua compleição física mais frágil, ao papel de reprodutora e cuidadora dos filhos.

O objetivo geral dessa pesquisa é dissertar acerca da inserção gradativa das mulheres no jornalismo esportivo televisivo do Brasil ao longo da história. Como e quando foram os primeiros contatos da mulher com o esporte, com o jornalismo, com o jornalismo esportivo, e mais especificamente com jornalismo esportivo televisivo brasileiro. Como se deu essa

trajetória, quais foram os percalços e contribuições da mulher para esse campo do jornalismo, o que mudou e o que ainda permanece.

Palavras-chave: Gênero. História do Jornalismo. Jornalismo Esportivo. Mídia. Mulher.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: DE PRATICANTES A INFORMANTES	8
1.1 A mulher no esporte ao longo da história	8
1.2 O esporte como emancipação social feminina	11
1.3 As mulheres no jornalismo esportivo brasileiro.....	11
1.4 As pioneiras no telejornalismo esportivo brasileiro	13
CAPÍTULO 2: PRESSÕES E PRECONCEITOS	17
2.1 Principais preconceitos sofridos por elas no mercado de trabalho.....	17
2.2 Preconceitos sofridos no jornalismo	18
2.3 Preconceitos sofridos no jornalismo esportivo.....	20
CAPÍTULO 3: PADRÕES E MUDANÇAS	23
3.1 <i>Limitações de gênero</i>	23
3.2 As “invasoras” do jornalismo esportivo televisivo atual	27
CAPÍTULO 4: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	33
4.1 Causas da entrada da mulher no jornalismo esportivo	33

4.2 Consequências da entrada da mulher no jornalismo esportivo	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

As realidades do Brasil e dos países europeus surgem em cenários semelhantes pelo fenômeno da globalização e da entrada da mulher no mercado de trabalho, que na Europa ocorreu logo a partir da Segunda Guerra, enquanto que no Brasil, o fenômeno é mais recente, principalmente nas classes média e alta.

Os resquícios de estereótipos machistas que resguardam à mulher o papel de cuidar exclusivamente dos filhos retardaram significativamente a entrada da mulher no esporte, no mercado de trabalho e consequentemente no jornalismo esportivo. No Brasil acresce-se a esta situação os estereótipos de gênero relativos à sexualidade: mulher com alto cargo utilizou a sexualidade para ali estar ou exigir uma figura máscula da mulher que comanda.

O tema dessa pesquisa “As bolas da vez – A invasão das mulheres no jornalismo esportivo televisivo brasileiro” procura mostrar a evolução gradativa da entrada das mulheres no campo do jornalismo esportivo.

A sociedade ocidental, historicamente, relegou à mulher um papel de subserviência à figura masculina, justificando tal condição à sua compleição física mais frágil, ao seu papel de reprodutora e cuidadora dos filhos. Mesmo a legislação brasileira tem sido revista para propiciar à mulher uma maior inserção em vastos espaços da sociedade.

Um exemplo vivo da evolução do papel da mulher em cargos importantes e de destaque no Brasil foi a eleição de Dilma Rousseff, a primeira presidenta na história do Brasil.

Alguns questionamentos foram lançados no início da pesquisa e ajudaram na investigação deste trabalho, tais como: Quais foram os primeiros contatos da mulher com o mundo do esporte? Como surgiu o interesse das mulheres em escrever sobre esporte? Será que as primeiras jornalistas esportivas eram atletas? Quando e como surgiu o interesse das mulheres em participar desse campo do jornalismo? Será que a crescente participação da mulher nos programas esportivos mudou alguma coisa?

Nesse trabalho, partimos da hipótese de que a entrada das mulheres no mundo do jornalismo esportivo é o resultado de um *mix* composto pelas respostas a essas indagações. Durante essa pesquisa, poderemos clarificar melhor essas informações que perpassam a parcela feminina da sociedade brasileira e o mercado de trabalho.

No campo do jornalismo esportivo, há uma tendência recente de aumentar os espaços destinados à participação da mulher, que também iremos abordar.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar acerca da inserção das mulheres no jornalismo esportivo televisivo do Brasil ao longo da história.

Como objetivos específicos, temos: Mostrar como se deu o acesso das mulheres às práticas esportivas de competição; Pesquisar sobre a luta pela emancipação social feminina no enfrentamento de preconceitos e proibições; Mostrar a gradativa inserção das mulheres no jornalismo esportivo brasileiro.

Metodologicamente, optamos pela pesquisa bibliográfica que, segundo Severino (2007), é necessária para dar caráter científico ao trabalho de investigação, seguindo métodos para sua elaboração. A metodologia é de extrema utilidade como ferramenta para gerar posturas amadurecidas frente aos problemas socioeconômicos, políticos e filosóficos com os quais a formação acadêmica defronta-se.

Para a execução desse trabalho, recorreremos ao rigor das fontes bibliográficas no sentido de assegurar a veracidade das informações e de sua origem fidedigna.

Apresentamos no corpo do desenvolvimento do trabalho também, ilustrações de alguns exemplos de jornalistas que compuseram e compõem o quadro do jornalismo esportivo feminino brasileiro.

1 - DE PRATICANTES A INFORMANTES

1.1 A mulher no esporte ao longo da história

A participação feminina na história do esporte pelo mundo foi marcada por participações restritas e hiatos temporais durante a evolução da humanidade. Na história das civilizações antigas, pouco foi documentado sobre práticas esportivas femininas, salvo algumas notas históricas da civilização espartana. Segundo KLAFS (1981), as atividades físicas eram recomendadas às mulheres como auxílio ao amadurecimento, para adquirir força e vitalidade na hora de gerar e criar os filhos. Só com o avanço cultural do Egito Antigo, o esporte foi autorizado para as mulheres no âmbito da educação. Porém, as demais culturas no resto do mundo limitavam a elas somente a prática esportiva da dança, devido aos rituais religiosos.

Na Grécia antiga (1.100 a.C. a 146 a.C.), devido ao fato dos homens competirem nus, as mulheres não podiam sequer assistir aos Jogos Olímpicos. Segundo Goellner (2005), o Barão Pierre de Coubertin, membro da aristocracia francesa, responsável por atribuir aos Jogos Olímpicos a “união dos povos”, excluía a mulher dessa união, achava vulgar a participação feminina em qualquer instância, por se tratar de um terreno de honras e conquistas. Segundo KLAFS (1981), ainda na Grécia Antiga, no período homérico (1.100 a.C. a 800 a.C.), porém, as mulheres puderam participar das atividades esportivas, mas somente durante a infância, pois na fase adulta, eram encaminhadas aos serviços domésticos.

Ainda de acordo com KLAFS (1981), com a queda do Império Romano, na Idade Média (século V a XV), as atividades esportivas quase foram banidas, por serem consideradas pela igreja católica atividades de culto ao pecado. Os homens continuaram, mas as mulheres só retomaram a participação séculos depois, no período Renascentista (século XIII até meados do século XVII), quando lhes foi permitido praticar algumas modalidades. Entretanto, segundo Moura (2002), “o papel destinado à mulher esportiva era ditado pelas normas sociais”. Ou seja, eram permitidas apenas atividades que não colocassem em risco a condição das mesmas de se tornarem mães.

Vários séculos se passaram até que o papel da mulher na sociedade, que era apenas de procriar e cuidar dos afazeres domésticos evoluísse.

Em 1810, no movimento de libertação da extinta União Soviética, as mulheres retornaram de fato, à prática esportiva. “a partir dessa época tanto nesse país quanto no resto

do mundo, houve um aumento constante nas atividades desportivas femininas”. (KLAFS; LYON, 1981, p. 35)

Segundo Oliveira & Paixão (2010), foi no início do século XX que, cansadas de serem excluídas da maioria das decisões importantes do mundo, as mulheres conseguiram participar de grandes eventos sociais e esportivos. Em 1900, mais de uma dezena de mulheres competiram nos Jogos Olímpicos¹ em Paris. O primeiro ouro olímpico feminino foi conquistado por Charlotte Cooper, tenista da Grã-Bretanha.



Figura: Tenista britânica de 29 anos, Charlotte Cooper
Fonte: Marco, 2012

A participação das mulheres ocorreu, portanto, na França em 1900, com as mulheres participando nas modalidades de tênis, golfe e vela, denominada “prova mista”. Nesta ocasião, uma mulher ganhou medalha de ouro como membro da equipe de um dos barcos a vela. A atleta da Grã-Bretanha, Charlotte Cooper, além de sua medalha no tênis individual, ganhou outra medalha de ouro como participante de duplas mistas de tênis ao ar livre. (OLIVEIRA; PAIXÃO, 2010)

Oliveira; Cherem; Tubino (2008) lembram que, durante a suspensão das competições mundiais durante a Primeira Guerra Mundial, a atleta francesa, Alice Melliart, levantou uma importante bandeira para reivindicar a participação das mulheres no mundo dos esportes quando em 1917 fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* – FEFI que lutou para que o COI – Comitê Olímpico Internacional liberasse a participação feminina nas olimpíadas.

¹ Os Jogos Olímpicos ficaram suspensos por oito anos por conta da I Guerra Mundial. Em 1920, as olimpíadas de Antuérpia na Bélgica marcaram o retorno dos jogos e também a estreia do Brasil, mas ainda sem representantes femininas. Nesse ano, o número de mulheres em jogos olímpicos aumentou, mas proporcionalmente a mudança não foi tão significativa, tendo em vista que o número de homens também foi maior, chegando perto dos 3 mil atletas. Em 1928, o número de mulheres quase dobrou com relação à competição anterior, mas o Brasil não participou desta olimpíada. (MARTINS, 2012, p. 2)

Melliat era praticante do remo e foi a primeira representante feminina a ser laureada com o diploma, em 1912, de remo de longa distância em prova realizada no clube parisiense *Feminina Sport*; “teve seu primeiro cargo administrativo no esporte, em 1915 torna-se depois presidente do clube, quando já se organizavam competições de atletismo e proliferavam clubes esportivos na França”. (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO (2008, p.121)

Apesar de atletas brasileiros participarem nas Olimpíadas em 1920, a primeira participação feminina brasileira no esporte mundial foi através da nadadora Maria Lenk, que em 1932, se tornou a primeira mulher brasileira a participar dos Jogos Olímpicos, em Los Angeles, na Flórida. Mas as primeiras medalhas olímpicas femininas brasileiras só vieram 64 anos depois, em Atlanta nos jogos de 1996. O ouro através da dupla de vôlei de praia Sandra Pires e Jacqueline Silva, as pratas também com a dupla de vôlei de praia Adriana Samuel e Monica Rodrigues, e com o time de basquete feminino e o bronze para o time de vôlei de quadra. (JACQUELINE, 2012).



Figura: Maria Lenk², primeira brasileira nos Jogos Olímpicos – Los Angeles – 1932
Fonte: Maria, 2012

Enquanto isso e depois disso, outras atletas brasileiras se destacaram em competições nacionais e mundiais. Entre elas a triatleta Fernanda Keller, a jogadora de basquete Hortência, a saltadora Maurren Maggi, a jogadora de futebol feminino Marta, a ginasta Daiane dos Santos, entre vários outros exemplos de sucesso de diversas modalidades até os dias atuais, segundo Martins (2012)

Os Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, receberam uma comitiva feminina composta de 123 atletas, correspondente a 47% da delegação brasileira, praticamente metade da delegação era feminina, mostrando a paridade nos jogos de competição.

² Maria Lenk no início da carreira; nadadora é a única brasileira a ter quebrado um recorde mundial. As fotos são de divulgação do documentário: Maria Lenk – A Essência do Espírito Olímpico. (MARIA, 2012)

1.2 O esporte como emancipação social feminina

A inserção das mulheres no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial na Inglaterra foi necessária mais pela mão-de-obra masculina insuficiente do que propriamente por um direito à igualdade social, como assever Rocha (2004a, p. 5): “Na prática, a inclusão de mulheres de classe média na força de trabalho mais beneficiou a economia do país do que as próprias mulheres”.

Mas apesar disso, o papel da mulher no desenvolvimento econômico mundial a partir dessa época foi fundamental para que posteriormente, elas pudessem não só desempenhar o papel de operárias, mas também como profissionais em diversas áreas. Promovidas à parcela participante na sociedade trabalhadora, as mulheres decidiram ir em busca da igualdade em áreas que antes também lhes eram negadas, como a educação, a política, o esporte, complementa Rocha (2004a)

“Entendemos o esporte como um dos fenômenos culturais mais significativos do mundo contemporâneo. E quando falamos de cultura, nos referimos ao espaço vital que os seres humanos constroem; ao locus onde projetam suas aspirações, num constante esforço de perceberem-se no mundo, relacionando-se com aquilo que os rodeiam. Deste modo, podemos conceber a atividade humana externada através do Esporte, como uma das formas que se colocam para nós de nos apropriarmos do mundo.” (CASTELLANI FILHO *apud* GOELLNER, 2005, p. 7)

O esporte foi um dos passaportes para a emancipação social feminina. Através dele, as mulheres conseguiram enfraquecer o estereótipo de “sexo frágil”, imposta pela sociedade machista predominante até o início dos anos 60, pois Alonso (2004, p. 15) afirma: “às mulheres não se recomendava correr nem fazer atividade física alguma, como exercícios e esportes, até a década de 50 do século passado. O senso comum era que os esportes afastavam a mulher de seu destino ‘natural’ – casamento e procriação”.

“Apesar de nos últimos vinte anos se ter acelerado a feminização das práticas, e as diferenças de performance entre homens e mulheres se terem atenuado, as atletas ainda se deparam com um preconceito social ambivalente: sendo mulheres não são tão competentes como os homens; sendo muito competentes, podem deixar de ser consideradas mulheres [...] Este jogo perverso entre o valor desportivo e a perda da identidade sexual pode ser constatado através de quase todos os discursos midiáticos”. (CRUZ *apud* ALONSO, 2004, p. 14)

1.3 As mulheres no jornalismo esportivo brasileiro

Como foi possível notar, a luta das mulheres por espaço no mundo do esporte teve início bem antes da sua inserção no jornalismo, mas nessa profissão, também não foi diferente.

Devido ao acesso tardio aos cursos superiores, somente na Era Vargas (1930-1945), e em busca cada vez mais de reconhecimento profissional, as mulheres ganharam espaço em

profissões que não exigiam nível superior na época, entre elas, o jornalismo. Segundo ROCHA (2004a), as mulheres só atuavam em áreas de baixa aspiração social e ainda em desvantagem.

E foi através da escrita, que as mulheres passaram a se expressar e ganhar visibilidade na sociedade. A partir daí, vários jornais e revistas produzidos por elas passaram a surgir, como o carioca *Sexo Feminino*, em 1890 e a revista *Mensageira*, escrita por Prisciliana Duarte de Almeida, em São Paulo de 1897. (SANTOS, 2010)

“Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. A profissionalização começava então a se abrir para as mulheres e as articulistas estavam atentas para todas as possibilidades, bem como para todos os obstáculos e entraves.” TELLES (*apud* RIGHI, 2006, p. 26)

Mas a entrada feminina no mercado da comunicação era aceita mais por uma questão financeira (mão de obra barata), do que de reconhecimento intelectual, por isso, as editorias destinadas a elas eram de menor expressão social, como moda, casa, família.

“O campo profissional para as jornalistas já se havia fixado nas áreas apolíticas: a moda, a família, o colégio, a educação dos filhos, os afazeres domésticos e as artes manuais. Nos jornais diários, as seções preferidas para as mulheres eram as de assuntos locais e de cultura. (KUNCZIK *apud* RIGHI, 2006, p. 26)

Ainda assim, a quantidade de mulheres nas redações só crescia. Em 1970, o número de mulheres nas redações jornalísticas já era expressivo, conta ROCHA (2004a). Ainda assim, praticamente não se tinha notícias de mulheres em editorias esportivas.

Uma vez atuantes no jornalismo, era chegada a hora de participar de outras editorias que não fossem somente as destinadas ao universo tradicionalmente feminino. E devido a crescente demanda de mão de obra qualificada no início dos anos 90, a busca pela profissionalização deu as mulheres um novo status como jornalistas (antes com certa conotação literária), o de profissionais da comunicação. Assim como também mudaram seu perfil como leitoras. Segundo ROCHA (2004a), não só as jornalistas, mas as próprias leitoras ao longo das décadas, também mudaram.

No jornalismo esportivo no Brasil, ao longo dos anos, diversos eventos esportivos e iniciativas isoladas contribuíram para que as mulheres conquistassem seu espaço na sociedade e na carreira profissional nesta área, a exemplo dos Jogos da Primavera, que nos anos 60 foram eventos promovidos especialmente para as mulheres. Em programas de rádio, podemos destacar a *Rádio Mulher*, programa esportivo realizado só por mulheres na década de 70 (ainda que tivesse uma conotação informal na pauta, que ao invés de analisar as jogadas, dissertava acerca dos atributos físicos dos jogadores ou de detalhes do uniforme, etc.). Uma rádio de mulher para mulheres.

1.4 As pioneiras no telejornalismo esportivo brasileiro

Com a participação feminina no esporte consolidada, vieram às vitórias e com o destaque, as notícias. Foi assim, que as primeiras mulheres começaram a fazer parte do universo esportivo televisivo. Primeiro dando entrevistas, depois fazendo reportagens, e atualmente ocupando lugar nas emissoras como correspondentes internacionais, âncoras de programas esportivos e em alguns casos, comentaristas de futebol. (RIGHI, 2006)

Segundo Peres (2004), as mulheres começam a praticar esportes e adquirirem conhecimento para comentar sobre jogos e divulgar informações esportivas. Mas no início, as mulheres participavam dos programas esportivos em funções alheias ao jornalismo, fazendo propaganda, lendo scripts.

Apesar da familiarização das mulheres com o esporte se darem através das atletas, as primeiras mulheres a se profissionalizarem no telejornalismo esportivo não praticavam esportes de competição.

A seguir, alguns dos exemplos mais emblemáticos da inserção da mulher nos programas esportivos.

Regiani Ritter

Estreou no jornalismo esportivo de rádio, mas fez seu nome no Jornalismo Televisivo; é também atriz de cinema e de telenovelas e, em 1990, ficou conhecida como a primeira mulher a realizar uma cobertura de Copa do Mundo na Itália.

“Regiani Ritter é um dos nomes mais respeitados do jornalismo brasileiro. A paulista de Ibitinga que é atriz de formação, já trabalhou em cinema e em novelas de TV. Mas foi no rádio e posteriormente na TV que ela marcou seu nome na história do jornalismo esportivo. Ritter foi a primeira mulher repórter e comentarista de futebol no Brasil, ainda no início dos anos 1980”. (MENDROT, 2012, p. 2)

Nascida na década de quarenta, só passou a atuar na área do jornalismo em fins da década de setenta e viu-se obrigada a não desperdiçar oportunidades porque chegou ao mercado de trabalho dominado por homens e já tinha mais de 30 anos: “Se alguém tentasse se colocar no meu caminho, e o meu caminho era de trajetória curta e rápida, (...) eu tinha que correr. Você não pode envelhecer nesse trabalho, principalmente no trabalho de reportagem, que era o que eu mais gostava”.

Segundo Calazans (2011), Regiani Ritter foi pioneira ao estreiar como repórter esportiva do rádio brasileiro e marcou a história como primeira narradora como âncora na cobertura da Copa do Mundo de 1994. Em 2010 ganhou relevância tendo seu nome como escolhido para denominar uma das categorias especiais do Prêmio da ACEESP – Associação

dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo, que vem premiando mulheres que se destacam a cada ano no jornalismo esportivo.



AM
Fonte: Calazans, 2011

Figura: Regiani nos programas “Disparada do Esporte” e “Revista Geral” da Rádio Gazeta

As dificuldades enfrentadas por Regiani Ritter foram muitas devido à época em que começou a atuar no jornalismo desportivo, totalmente dominado pelos homens, mas a jornalista afirma que sofreu mais preconceitos por parte de colegas de profissão do que dos torcedores. Frequentar vestiários de futebolistas e aparecer em estádios de futebol marcou sua carreira pioneira nesse terreno pisado de maneira truculenta pelos homens.

“Tomava chuva, choque de microfone, sol de 35° graus, levava pedrada que não era pra mim, pedrada que era pra mim, cheguei a escutar a torcida me xingando em coro, bati de frente com segurança que não me deixou entrar no vestiário do Guarani em Campinas, levei cantada de jogador e treinador que era obrigada a recusar, mesmo tendo vontade de conversar mais demoradamente com um ou outro. Em resumo, não folguei sábado, domingo ou feriado durante 15 anos. Mas valeu a pena, como valeu!”. (CALAZANS, 2011, p. 2)

Marilene Dabus

Foi a jornalista que desbravou o esporte mais popular entre os homens, e consequentemente o mais difícil de atuar pelas mulheres, o futebol. Sua forma de entrevistar os jogadores, ainda no gramado, foi mal vista pela sociedade carioca no final dos anos 60. (MOTA, 2009)



Figura: Jornalista Marilene Dabus – pioneira no futebol
Fonte: Mota, 2009

Marilene Dabus nasceu em Caxambu (MG), em 1969 realizou a cobertura de uma partida do Flamengo pelo jornal Última Hora. Teve uma longa jornada no jornalismo esportivo e em 2009 recebeu uma homenagem na Gávea com o Centro de Imprensa no estádio do Flamengo recebendo seu nome. Dessa forma, o clube carioca presta uma grande homenagem que destacou-se como jornalista nessa área.

Cidinha Campos

Um nome que auxiliou a abrir espaços na TV brasileira como atriz foi Cidinha Campos, que em 1969 entrevistou Pelé poucos minutos antes do Rei converter o seu milésimo gol. Esse fato ajudou muito a ascensão da mulher nos espaços esportivos, apesar de nunca ter atuado no jornalismo esportivo.

“Fez carreira na TV Record (atual Rede Record), apresentando o programa infantil Pullman Jr, fez parte do programa Hebe Camargo, entrevistando convidados, além de representar em programas de sucesso no mesmo canal, como Família Trapo, no final dos anos 60. Cidinha foi precursora em coberturas internacionais para a Rede Globo de Televisão, fazendo reportagens para o programa Fantástico, também foi apresentadora do primeiro programa em cores da TV Tupi. Passou pelas emissoras Rede Bandeirantes, CNT, entre outros canais de comunicação”. (MOTA, 2009, p. 3).



Figura: Cidinha Campos – jornalista de rádio e TV
Fonte: Memória, 2010

Segundo Ramos (2006), a partir do momento em que as mulheres resolveram “soltar o verbo” demonstraram compreender sobre basquete, rali, fórmula 1, Futebol e outras tantas práticas esportivas, que enriquecem o jornalismo, de maneira geral e o esportivo, especificamente.

2 - PRESSÕES E PRECONCEITOS

2.1 Principais preconceitos sofridos por elas no mercado de trabalho

Segundo Andrade (2010), ainda é forte o diferenciador de gênero na organização, pois inclui a sexualidade e o temor do seu uso indevido; temor derivado dos preconceitos que a mulher tenha atingido o topo valendo-se de sua sexualidade e outro é o de que ela se comporta “como homem”. Em contrapartida, a mulher tem que conviver com uma contradição, pois para ser respeitada, deve pensar, agir e trabalhar “como homem”, mas para “ser amada tem que se manter feminina, delicada, atenciosa, enfim, possuir predicados que desde a Antiguidade são atribuídos à mulher”.

“As penalidades associadas à maternidade mostram claramente que a escolha, quando existe escolha, é imposta, de um lado, pelos estereótipos: é à mãe que incumbe o cuidado do filho; e, de outro lado, pelas instituições: falta de infraestruturas adequadas e estímulos “flexicuritários” encorajam as mães ao trabalho em tempo parcial e às interrupções de carreiras, que se revelam posteriormente como perigosas armadilhas nos percursos profissionais das mulheres”. (MEULDERS, 2010, p. 615)

Os estereótipos relativos ao gênero podem vir de dentro da família, com relação ao marido, pois o homem ao acompanhar a mulher expatriada mostra-se muito mais entediado e/ou perdido do que a mulher que o acompanha, mas também podem vir do ambiente externo, quando há discriminação por parte de colegas e chefes homens.

“Os estereótipos machistas estão tão arraigados culturalmente que por vezes não são percebidos por suas próprias vítimas. A pesquisa mostrou casos de executivas que, apesar de terem se tornado as maiores provedoras de seus lares, ainda se submetiam aos maridos como se eles tivessem o direito de definir o orçamento familiar. Estender uma jornada de trabalho já bastante longa, acordando mais cedo, antes do marido, para realizar tarefas que ele poderia compartilhar e não o faz, foi também outro resquício de puro machismo encontrado e ainda aceito pela maioria das mulheres executivas”. (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010, p. 18)

A pesquisa mostrou que o ambiente, extremamente competitivo e mutante das grandes empresas, exige cada vez maior dedicação à carreira, mobilidade geográfica e flexibilidade de horários, o que penaliza muito mais as mulheres casadas e com filhos, pois a maior parte das mulheres que alcançaram o nível de gerência executiva é mais jovem, entre os 31 aos 40 anos. No entanto, as mulheres executivas estão menos satisfeitas no geral que os homens, inclusive pelo fato de dificultar relacionamentos afetivos e ter que postergar o momento de ter filhos. (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010, p. 19)

No Brasil, há uma mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa feminina, mostrando aumento do trabalho das esposas, sugerindo que as responsabilidades financeiras familiares estão sendo mais divididas (BRUSCHINI, 2000). Num movimento que se iniciou com uma necessidade de complementação de renda, além da elevação da

escolaridade, diminuição do número de filhos, mudança da identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres, casadas ou não, procuram disputar mais o seu lugar no mercado de trabalho.

“Já o ciclo de vida ativa profissional da mulher apresenta diversos perfis etários típicos, observados em países diferentes, refletindo questões distintas entre a atividade feminina e o ciclo de casamento e formação da família (WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000).

Os valores culturais incutidos na mulher influenciam seu nível de investimento no trabalho e também sua percepção de fracasso (CHÊNEVERT; TREMBLAY, 2002). Betiol e Tonelli (1991) chamam a atenção para a possibilidade de o fracasso profissional feminino ter um peso menor do que o masculino. Esse fracasso está ligado ao medo de deixar de cumprir um papel extremamente valorizado pela cultura brasileira, que é o de mãe e esposa”. (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010, p. 7)

A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, em particular das que têm filhos, tem sido um fenômeno econômico e social recorrente mais importante após a segunda metade do século passado, que tem reflexos em graus diversos em todos os países europeus. (MEULDERS, 2010, p. 613)

A maternidade pode ter diversos efeitos sobre a carreira profissional das mães, como levá-las a abandonar o trabalho (provisoriamente ou em definitivo), induzi-las a reduzir o tempo de trabalho, fazê-las mudar de profissão ou de setor de atividade, refreá-las na progressão de suas carreiras e de seus salários.

“Os resultados mostram que os obstáculos às altas exigências da carreira são colossais: preconceitos arraigados; pressão do relógio biológico; sobrecarga com os cuidados com os filhos versus jornada de trabalho muito extensa; dificuldades com o parceiro amoroso. Apesar de tudo, ainda que estejam insatisfeitas com o desequilíbrio entre seu tempo de trabalho e o de não trabalho (...)”. (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010, p. 3)

2.2 Preconceitos sofridos no jornalismo

A autora portuguesa Marta Isabel do Nascimento Gonçalves Coimbra (2008), citando Theberge & Cronk argumenta que a subalternidade do desporto feminino nos meios de comunicação frente ao masculino encontra justificações no âmbito da ocupação masculina dos cargos de jornalismo, especialmente no jornalismo desportivo.

“(…) num padrão imprevisto de editores de jornais desportivos, 2% eram mulheres. No seu debate acerca do trato do género feminino nos mass media, Boutilier e SanGiovanni (1983 cit in Theberge e Cronk, 1994) enfatizam a influência do aumento da quantidade de jornalistas mulheres nas secções de desporto dos jornais. Contudo, Boutilier e SanGiovanni (1983 cit in Theberge e Cronk, 1994) chamam a atenção para que o simples facto de trazer mais jornalistas mulheres para o contexto jornalístico desportivo não constitui uma resposta necessária para combater a monopolização do género masculino nas secções de desporto dos jornais”. (THEBERGE; CRONK *apud* COIMBRA, 2008, p. 5)

Coimbra (2008) argumenta que não basta a ocupação de cargos no jornalismo desportivo por mulheres, mas importa sim se a redatora desportiva for uma feminista, porque “(...) meramente aumentar o número de mulheres que partilham as mesmas orientações e aceções sexistas que os seus colegas homens, é menos que uma magra vitória. É um exemplo perigoso de opção mútua institucional em que as mulheres se tornam cúmplices passivas da propagação da ideologia sexista no desporto”; complementa a autora:

“Outra justificativa para a ausência do desporto feminino deve-se aos ditames do mercado que acaba por demarcar o âmbito e os conteúdos da cobertura midiática, porque “a doutrina filosófica dominadora no jornalismo centrava-se, na sua grande maioria, na noção de que os *media* têm o dever de cobrir os acontecimentos e matérias que seduzem o maior número de pessoas possível”. (COIMBRA, 2008, P. 6)

Os norte americanos reservam pouco espaço aos eventos femininos durante as coberturas jornalísticas, porque as editorias mantêm o princípio de que: “Ao decidir quanto espaço se deve dedicar a um tópico e quando cobrir um evento, os editores precisam analisar cuidadosamente o número de leitores que realmente querem saber dele. Infelizmente, isto significa ainda menos cobertura de desportos menores e do desporto feminino”. (COIMBRA, 2008, p. 6)

Rocha (2004b) realizou um estudo para demonstrar as dificuldades e vitórias no processo de entrada da mulher na profissão de jornalista, marcando o que ela denominou de feminização do jornalismo. Para tanto, entrevistou 17 profissionais (mulheres) da capital paulista e do interior paulista (região de Ribeirão Preto) para tentar compreender as distintas trajetórias dessas mulheres no mundo do jornalismo impresso (revistas e jornais), falado (rádio e televisão), em diversas áreas jornalísticas. As entrevistadas tinham idades distintas, sendo que duas delas iniciaram sua carreira na década de 60 em pleno período de ditadura e de altas restrições à entrada de mulheres no mercado de trabalho. A autora descreve seu trabalho da seguinte maneira:

“Nesta pesquisa relacionamos a profissionalização do jornalismo no Brasil com o ingresso e aumento de mulheres, simultaneamente. Partimos dos conceitos de Freidson (1996) para especificar as características das profissões dentro da estrutura das ocupações:

1. profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal;
2. profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber;
3. profissões são aquelas ocupações que controlam a divisão do trabalho, que é determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão;
4. na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão;
5. a profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior”. (ROCHA, 2004b, p. 95)

Rocha (2004b) afirma que não há como conceber a profissionalização e sua especialização desvinculadas de todo o processo histórico, porque são intrínsecas às mudanças políticas e socioeconômicas deflagradas com a industrialização capitalista iniciada no século XVIII na Inglaterra, que implementou a competitividade no campo de trabalho em ambiente urbano. Como parte do processo, as profissões passaram a procurar seus espaços em uma economia em mutação; a competitividade e a disputa pelos postos de trabalho provocou o surgimento das associações de classe e instituições específicas para congregar os trabalhadores.

“Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão.

No jornalismo, o processo de profissionalização iniciou no século passado, nos anos 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações e inovações tecnológicas”³. (ROCHA, 2004b, p. 99)

As profissões até a década de 60 eram todas concebidas homogeneamente e no jornalismo houve sempre o domínio quantitativo dos homens, pois algumas práticas eram consideradas exclusivas deles, como citamos em depoimento de uma jornalista durante esse trabalho.

A pesquisa que abordou a entrada da mulher no jornalismo paulista durante o período de 1986 a 2001 comparou o perfil dos profissionais da capital paulista com os profissionais de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. Das dezessete entrevistadas, que constituíam os sujeitos de pesquisa, oito eram de Ribeirão Preto e nove de São Paulo, sendo quinze jornalistas mulheres e dois do sexo masculino, que foram classificados como pares profissionais.

“Todas os sujeitos analisados são brancos, pertencem em sua maioria ao estrato social médio, com e sem filhos, casados, solteiros e separados, pertencentes a 4 gerações distintas, entre 23 e 54 anos. A escolha dessas profissionais foi feita de acordo com a divisão do mercado estabelecida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em cinco categorias: jornais impressos, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e televisão e setores extra-redação. Acrescentamos, também, jornalistas que optaram por outra carreira”. (ROCHA, 2004b, p. 197)

2.3 Preconceitos sofridos no jornalismo esportivo

No campo do jornalismo esportivo, esses preconceitos foram enfrentados de forma exemplar pelas pioneiras, que eram mulheres que souberam impor-se por seu conhecimento,

³ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado em 1937. O primeiro curso superior de jornalismo é de 1947. Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284) que regulamentaram a profissão e consagraram a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. (ROCHA, 2004b)

objetivo focado, ideologias políticas feministas ou humanistas, simplesmente. Sua sobrevivência dependia do seu trabalho e isso deu-lhes força para romper obstáculos frente aos oponentes masculinos.

Um estudo realizado por Frozza (2009) apresenta “a inserção da mulher na cobertura de futebol da RBS TV, as dificuldades enfrentadas e os casos de preconceito sofrido pelas jornalistas esportivas ao atuarem em um ambiente tipicamente masculino”. A autora mostra que os Estados Unidos têm uma realidade semelhante à do Brasil, porque lá “a inserção da mulher no jornalismo televisivo foi lenta e a resistência à entrada do sexo feminino nesse meio, um tanto preconceituosa. (...) em 1972, metade das estações de televisão dos Estados Unidos não empregava mulheres como âncora, repórter ou produtor.”

Sobre as matérias que veiculam no jornalismo esportivo, Stycer & Mariante (*apud* SILVA, 2009, p. 25) afirmam que as pesquisas de opinião servem para selecionar os assuntos que serão veiculados:

“O jornal é uma empresa que faz um produto de consumo e ele fica ouvindo esse consumidor-leitor frequentemente para poder ver como mudar, melhorar, fazer propaganda, aumentar tiragem, ver o que gosta, o que não gosta. E isso dá uma certa hierarquia”.

No entanto, o jornal não oferece apenas e exclusivamente o que o leitor quer, porque perderia o caráter de novidade, mas o público norteia as matérias que irão veicular e, nesse sentido, a imprensa esportiva contribui para a polaridade entre os gêneros⁴ (gênero, aqui, é como variável social, e não biológica), porque o público não quer ver futebol feminino.

Vera Daisy Barcellos, jornalista feminista negra, percorreu duros 16 anos de trabalho nas editorias de Esporte do jornal Zero Hora; exerceu a função de editora no jornal A Voz da Serra; trabalhou na RBS de Porto Alegre; vencedora do Prêmio ARI de Jornalismo de 1998 ('Erechim Mulher'), que conta a história d

⁴ Tomamos a acepção de Scott (1995), na qual o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como forma primária de dar significado às relações de poder. Nessa articulação, “o gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT *apud* ALONSO, 2004, p. 104).



Figura: Vera Daisy Barcellos - Jornalista do Zero Hora
Fonte: Ramos, 2011

A jornalista afirma que permanecer como repórter do Jornal Zero Hora foi uma eterna luta composta de várias batalhas vencidas pelo amor à profissão e reconhecida competência:

“Fui a primeira mulher negra repórter esportiva de ZH. Comecei minha trajetória no Jornalismo na década de 60, durante a ditadura militar, quando havia censura e um forte preconceito contra a mulher. As mulheres que desempenhassem profissões de jornalista, atriz e bailarina, eram difamadas’, salientou. Vera falou sobre os preconceitos que enfrentou por ser mulher e negra. ‘Permanecer por 16 anos no jornal ZH foi pela minha competência e amor à profissão’”. (RAMOS, 2011, p. 1)

As dificuldades e preconceitos sofridos por elas nas editorias esportivos dos jornais e revistas não foram diferentes de outros meios de comunicação, porque até chegarem às grandes coberturas de eventos esportivos e a mesas redondas de debates esportivos, elas percorreram um longo caminho. Freitas (2004) aponta algumas dessas dificuldades dizendo que:

“A mulher é vista, analisada, comentada, classificada, mitificada ou não pelos homens aos quais decididamente não convém misturar sexo e esporte, mas é preciso a começar a aceitar, a reconhecer e a não ocultar várias formas de interação e atração humana, sejam elas classificadas como normais ou alternativas”. (FREITAS, 2004, p. 55)

As primeiras contratações femininas como repórter de esporte, só surgiram décadas depois do primeiro programa esportivo brasileiro, o Mesa Redonda, da TV Record em 1953.

3 - PADRÕES E MUDANÇAS

3.1 *Limitações de gênero no esporte*

Segundo Gama & Gama (2009), as mulheres ficaram afastadas das práticas corporais com sentido não estritamente funcional durante uma grande parte da história da humanidade. Atribui-se, essencialmente, esta situação ao cumprimento de sua função reprodutora perante a espécie, forçando-a a subordinar-se ao sexo masculino.

“(...) muitas civilizações acreditaram que, por fatores biológicos, a constituição do corpo feminino era considerada frágil e incapaz de assumir a direção de chefia do grupo familiar, o que tornava-a uma figura passiva e necessitada de grandes cuidados. Em grande medida, tal crença acarretou a idéia de que o papel social feminino limitava-se ao parto, maternidade e ao cuidado do lar. Em muitas culturas, ela era considerada mais como um objeto do que como um sujeito ativo”. (BESSA *apud* GAMA; GAMA, 2009, p. 2)

Tais aspetos culturais e socioeconômicos impediram ou, no mínimo, desincentivaram a participação das mulheres nas atividades físico-desportivas com caráter de competição, onde reinavam os homens soberanos.

A civilização da Grécia antiga, que foi considerada o berço da civilização ocidental – iniciada com o período homérico no século XIII a.C. e perdurou até aproximadamente o século II a.C., porque mesmo o período helenístico com o império macedônico apregoou a cultura grega por todo o seu império, manteve a proibição da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, Píticos, Ístmicos, segundo Tubino (*apud* GAMA; GAMA, 2009, p. 2).

Segundo Alonso (2004), a cultura, a educação, a formação como um todo tem mantido a sociedade brasileira majoritariamente sob o domínio dos homens, que condicionaram também a formação esportiva feminina, escolhendo os requisitos utilizados para julgar a feminilidade. Partindo dessa concepção e ideologia é que lhes foram atribuídas as atividades permitidas ou proibidas à mulher por meio de diretrizes e documentos oficiais. “A legislação esportiva brasileira também contribuiu para o cerceamento da participação feminina no esporte”, assevera a autora.

Neste sentido, Castellani Filho (1989) corrobora o pensamento citado anteriormente, mostrando que a história da Mulher no Esporte é mero reflexo da forma como a mulher foi concebida em todos os momentos históricos nos quais o Esporte foi elaborado, legislado, “construído, organizado e praticado pelo Homem”. Neste sentido, a mulher brasileira teve seu destino traçado na área do esporte quando Rui Barbosa foi relator do Projeto nº 2.224 de 1882 que tratou da Reforma do Ensino Primário, juntamente com várias instituições complementares do ensino público:

“Em seu Parecer, Rui deixou patente sua assimilação dos princípios defendidos pelos Higienistas com relação à definição dos papéis destinados aos homens e às mulheres, na sociedade em construção.

Referia-se tal Projeto, à (1) instituição de uma seção especial de Ginástica em cada Escola Normal e (2) à sua extensão obrigatória a ambos os sexos, na formação do professorado e nas Escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à Mulher (atenção aí vem!) a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura”. (CASTELLANI FILHO, 1989, p. 89)

O tratamento imprimido à prática da Educação Física e Esportes pelas mulheres revelou mais uma vez o pensamento dominante na sociedade que priorizava o papel da mulher para a maternidade e para isso deveria ela ser poupada de determinadas atividades físicas o que associava a figura feminina à ideia de Mãe unicamente.

O parecer de Rui Barbosa, mesmo vinte e quatro anos depois ditou os trilhos para traçar o perfil das atividades de Educação Física no que condizia às mulheres: a prática da Educação Física deveria respeitar a delicadeza do potencial da mulher para a maternidade:

“... A Educação Física da Mulher deve ser, portanto, integral, higiênica e plástica e, abrangendo com os trabalhos manuais os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes, cingir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e de todos compatíveis com a delicadeza do organismo das mães...”. (CASTELLANI FILHO, 1989, p. 89)

Em 1941 é promulgado o Decreto Lei nº 3.199 que, até o ano de 1975, estabeleceu as bases de organização dos Desportos em todo o país. Em seu artigo 549, encontramos referências à prática de Desportos pelas mulheres. Preceituava o referido artigo:

“(...) Às Mulheres não se permitirá a prática de Desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos, baixar as necessárias instruções de entidades desportivas do país...”. (CND *apud* CASTELLANI FILHO, 1989, p. 90)

Batista & Devide (2009) realizaram um estudo de gênero com realce na participação das mulheres no futebol do Brasil, mostrando o papel da mídia esportiva na alavancagem deste processo; as mulheres cariocas já praticavam futebol desde os anos 30 do século XX, mas a legislação referente a essa questão manteve a proibição da prática dessa modalidade por parte das mulheres proibida até ao final da década de 70. O Decreto lei 3199 de 1941 do CND (Conselho Nacional do Desporto) proibiu qualquer prática de esportes não adequados à natureza feminina; este decreto foi regulamentado em 1965, por meio da deliberação Nº 7, “que estabelecia regras para a participação das mulheres no esporte, proibindo a prática de várias modalidades (futebol de praia, pólo, beisebol, futebol, futebol de salão, halterofilismo e lutas”, segundo Devide (*apud* Batista; Devide, 2009, p. 6), conforme o texto do Decreto:

“(...) nº 1 Às mulheres se permitirá (!) a prática de desportos na forma, modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observado o disposto na presente deliberação.

Nº 2 Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza: futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebal...”. (CND *apud* CASTELLANI FILHO, 1989, p. 90)

Segundo Castellani (1989), somente em meados da década de 80, do século XX é que houve a liberação por parte do CND para a prática de determinadas modalidades esportivas pelo público feminino, dentre as quais, encontrava-se o futebol.

A proibição da prática de determinadas modalidades de esporte pelas mulheres calcava-se fortemente sobre argumentos de viés biológico e anatômico, que cerceava a prática para não prejudicar o potencial reprodutor da mulher, expressando sérios preconceitos e proibições advindos da cultura machista da sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX. (CASTELLANI *apud* Batista; Devide, 2009)

Atualmente, o futebol é a modalidade de desporto mais praticada, profissional e amadoramente no Brasil e é a mais apreciada pelos torcedores. No entanto, a prática do futebol ficou restrita, por muito tempo, ao gênero masculino, que acumula em suas vitórias cinco títulos mundiais na Copa do Mundo. O mercado de jogadores de futebol mantém-se aquecido com a exportação de muitos talentos para o futebol mundial, portanto uma infraestrutura grandiosa para manter centros de formação, escolinhas de futebol autônomas ou ligadas aos clubes oficiais que movimentam a economia nacional com os grandes eventos futebolísticos; venda milionária de camisetas oficiais de clubes nacionais e internacionais que alcançaram vendas aproximadas de R\$ 200 milhões em 2008, quando a perspectiva de crescimento era de 30% ao ano. (REIS, 2008)

“No país, as camisetas mais vendidas são as de times cariocas e paulistas. Segundo o gerente de Desenvolvimento e Coordenação do Grupo SBF (Centauro), Renato Ribeiro Leite, este ano, as líderes do campeonato de vendas da rede são: Flamengo, São Paulo, Corinthians, Palmeiras e Fluminense. Entre os internacionais, as campeãs são do Manchester, Milan, Chelsea, Barcelona e Real Madrid. “As posições se alternam de acordo com o desempenho dos times nos campeonatos e dos jogadores brasileiros que estão fora do país”, afirma Leite. Mesmo as vendas das camisetas da Seleção Brasileira têm seus picos. “A melhor época é a da Copa do Mundo...”. (REIS, 2008, p. 2)

Nos anos de 1980 houve o desenvolvimento do futebol feminino, que vem atingindo resultados internacionais expressivos, no entanto, são necessárias estratégias para promoção da equidade de gênero nesta modalidade, na qual as mulheres ainda sofrem preconceitos. (BATISTA; DEVIDE, 2009, p. 3)

Desde 1980, há denúncias direcionadas à mídia por dispensarem tratamento diferenciado aos atletas masculinos e aos femininos, porque aponta-se enquanto os homens são apresentados de maneira que são destacadas as habilidades físicas e atléticas, das mulheres há a exibição de sua feminilidade e dos seus atrativos físicos.

“Fazendo uso do olhar de Berguer (1999), podemos dizer que o corpo generificado na mídia tende a revelar o estigma de que os homens atuam e as mulheres aparecem. Desse modo, os homens olham as mulheres e estas se veem olhadas, tornando-se pois um objeto de visão, ou um panorama, como indica o autor. Temos assim uma posição binária, uma polaridade que nos remete a uma reflexão, tendo o gênero como categoria analítica. O corpo do atleta é retratado pela imprensa esportiva de forma a destacar o estereótipo vigente na sociedade atual para atingir o target – ou seja, o público alvo”. (ALONSO *et al.*, 2004, p. 103)

O esporte é uma poderosa ferramenta reprodutora simbólica dos relacionamentos patriarcais que existem na sociedade e serve para reforçar a superioridade masculina em detrimento da figura feminina. É, por assim dizer, “um terreno fértil da produção social da masculinidade, levando-nos a inferir que é um mecanismo importante que ‘produz e reproduz, de forma aparentemente natural, dois gêneros opostos, mutuamente exclusivos’”, segundo Alonso (2004, p. 104)

Goellner (2005) realça a desigualdade de gênero em toda e qualquer área que envolva o esporte nacional no decorrer de sua história: “foram e são distintos os incentivos, os apoios, as visibilidades, as oportunidades, as relações de poder, conferidos a mulheres e homens, seja no âmbito da participação, seja na gestão e administração”. A autora dá como exemplo, o futebol feminino que brilha nas competições internacionais, mas não encontra-se estruturado no país:

“O futebol feminino – 4º lugar nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e medalha de prata em Atenas (2004) – exemplifica bem esta situação. O número de mulheres brasileiras que hoje praticam o futebol em clubes e área de lazer aumentou se comparado à década anterior. Porém, os campeonatos regionais são poucos, não há um evento de porte nacional, bem como não há um número considerável de mulheres nas comissões técnicas dos clubes de futebol feminino, nem no nível administrativo das entidades que regem este esporte. Além disso, vários preconceitos e estereótipos ainda cercam a prática das mulheres desta modalidade, tais como a associação de sua imagem à homossexualidade ou os perigos do choque da bola para sua saúde reprodutiva”. (GOELLNER, 2005, p. 9)

Goellner (2005) reconhece que houve mudanças quanto à participação das mulheres em eventos esportivos do século XIX para os da contemporaneidade, porque naquela época às mulheres restava apenas assistir as provas esportivas e acompanhar seus maridos, sem muita participação ativa nas competições. Atualmente, a participação é ampla e diversificada, porém não foi suficiente para gerar igualdade de oportunidades para os homens e as mulheres nem extirpar os preconceitos que rondam a participação feminina nos esportes e na mídia esportiva. A autora demonstra que as restrições impostas pelo texto de Rui Barbosa na relatoria do Projeto nº 2.224 de 1882, impondo a Reforma do Ensino Primário continuam, de certo modo, até os dias atuais:

“Não é raro, ainda hoje, encontrar nas escolas de primeiro e segundo graus disparidades relevantes no que se refere ao acesso de meninas e meninos nas atividades físicas realizadas nas aulas de educação física e/ou no âmbito do esporte educativo. Não é raro também a espetacularização e exposição do corpo da atleta

como uma forma de erotização, de exaltação da beleza e da sensualidade”. (GOELLNER, 2005, p. 11)

3.2 As “invasoras” do jornalismo esportivo televisivo atual

Atualmente, as redes de televisão têm em sua grade, momentos específicos para o jornalismo esportivo. Algumas mantêm grandes espaços para esse setor, como é o caso da TV Bandeirantes e outras priorizam outros programas de entretenimento como os de auditório, por exemplo e inserem apenas boletins informativos nos intervalos da programação como é o caso do SBT. A Record e a Globo possuem programas específicos de jornalismo esportivo que mantêm regularidade, sendo alguns bastante tradicionais.

Righi (2006) realizou um estudo sobre os programas esportivos televisivos e afirma que o o programa Esporte Espetacular da Rede Globo iniciou-se no “dia oito de dezembro de 1973, inspirado no modelo de programa Wide World of Sports, exibido pela rede americana ABC”.

Abaixo, apresentamos as atuais âncoras do jornalismo televisivo brasileiro, sem qualquer pretensão de hierarquizar ou realizar juízos de valor sobre a concorrência ou sobre a qualidade dos programas de cada emissora. O objetivo dessa apresentação é relembrar alguns nomes de figuras femininas que têm se mantido no jornalismo esportivo ou colaboraram para a sua afirmação dentro do contexto do jornalismo como um todo.

Mylena Ciribelli



Figura: Mylena Ciribelli no Programa Esporte Fantástico na TV Record
Fonte: Elaboração própria (*apud* MYLENA, 2012)

A mudança de Mylena Ciribelli da Rede Globo para a Rede Record foi motivada pelas oportunidades de viajar mais devido ao fechamento de contratos de transmissão de uma gama de eventos esportivos internacionais pela emissora, que hoje é sua nova casa. A jornalista

realça como ponto alto da sua carreira a posição de finalista, seguidamente, nos anos de 2010 e 2011 no *Prêmio Comunique-se* – categoria Jornalista de Esporte Mídia Eletrônica. Foi finalista do Prêmio Comunique-se em 2010 e em 2011, na categoria Jornalista de Esporte Mídia Eletrônica, segundo Mylena (2012).

Glenda Kozlowski



Figura: Glenda Kozlowski no Programa Esporte Espetacular na TV Globo
Fonte: Elaboração própria (*apud* BIOGRAFIA, 2012)

Glenda Kozlowski Leal é um exemplo de atleta que migrou para o Jornalismo Esportivo devido ao seu destaque como esportista em sua modalidade, que no caso era o *bodyboard*.

A TV Bandeirantes, devido à sua vocação ao esporte, possui o programa Band Sports formado por uma equipe composta por 20 jornalistas, dentre os quais estão três mulheres.

Renata Saporito



Figura: Renata Saporito do Programa Band Sports
 Fonte: Elaboração própria (*apud* BAND, 2012)

É jornalista desde 2001 e está no Bandsports desde que o canal foi criado, em 2002. Começou como estagiária e hoje é apresentadora. Já cobriu dois Jogos Pan-Americanos, duas Olimpíadas e duas Copas do Mundo, entre outros eventos. Atualmente apresenta os programas Magazine, Ace Bandsports e o Depois do jogo, aos domingos.

Silvia Vinhas



Figura: Silvia Vinhas do Programa Band Sports
 Fonte: Elaboração própria (*apud* BAND, 2012)

Começou sua carreira em 1990 como correspondente da Rede Bandeirantes na cobertura da Fórmula Indy, NBA e NFL, nos Estados Unidos. Foi a primeira mulher a participar de uma cobertura automobilística. Já cobriu in loco três Copas do Mundo (1994, 1998 e 2010) e duas Olimpíadas (1996 e 2000). É apresentadora do Bandsports News.

Barbara Gancia



Figura: Barbara Gancia do Programa Band Sports
Fonte: Elaboração própria (*apud* BAND, 2012)

Entrou no jornalismo em 1984 como colunista da Folha de S. Paulo. Também tem passagens pela revista "Around", pelo jornal "O Estado de S. Paulo", no "Pasquim - Edição São Paulo", nas revistas "Vogue", "Status" e "Elle". Ela participa uma vez por semana do programa Magazine, do BandSports.

Débora de Oliveira



Figura: Débora de Oliveira da RBS TV de Novo Hamburgo/RS
Fonte: Bastidores, 2012

“No Rio Grande do Sul, Débora de Oliveira foi a precursora a participar de um programa de análises e comentários sobre os times de futebol do Estado, o Toque de Bola, programa regional transmitido na TV Bandeirantes. Débora, hoje na RBS TV, atua juntamente com Eduarda Streb em reportagens de futebol e apresentação de programas esportivos.” (FROZZA, 2006, p. 35)

Um depoimento colhido junto à repórter e apresentadora esportiva da RBS TV de Novo Hamburgo/RS, Débora de Oliveira, mostra sua trajetória de vida na profissão, enfrentando muitos desafios por ser uma mulher que precisou lutar muito para abrir espaço na reportagem de futebol, adquirindo conhecimento e contatos em um terreno dominado pelo sexo masculino:

“Nunca levantei a bandeira das mulheres, mas sempre defendi que podemos conseguir espaço no mercado de trabalho com nosso profissionalismo. Ouvi muitas críticas e até preconceito dos homens por eu estar transmitindo uma partida de futebol, mas levantei a cabeça e fui à luta”, manifestou. Atualmente na RBSTV, apresenta programas, faz reportagens e transmissões. Na TVCOM atua como apresentadora do Programa Diretoria FC”. (RAMOS, 2011, p. 2)

Silvia Vinhas



Figura: Silvia Vinhas – a primeira repórter a cobrir provas da Fórmula Indy
Fonte: Silvia, 2011

Silvia Vinhas nasceu em Monte Azul Paulista, interior do Estado de São Paulo, em 1963, mas viveu em Santos (SP); formada em Odontologia trabalhou em consultório até apaixonar-se pela profissão de jornalista esportiva. Em Miami, nos Estados Unidos da América, pela Luqui Corporation (produtora coligada à Rede Bandeirantes de televisão) foi correspondente da emissora na área de Esportes, atuando na cobertura de provas da Fórmula Indy durante três anos, sendo a primeira mulher brasileira a realizar coberturas de eventos automobilísticos. (SILVIA, 2011)

4 - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

4.1 Causas da entrada da mulher no jornalismo esportivo

Segundo Telles (2000), até o século XIX, sem acesso ao esporte e tão pouco à educação, as mulheres eram excluídas de uma efetiva participação na sociedade, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência.

Não demorou muito para que as mulheres revertissem essa condição de subserviência e galgassem seu espaço na sociedade. Uma das principais oportunidades de crescimento feminino foram o esporte e a educação superior.

“Nas últimas décadas do século XIX, a modernização da sociedade brasileira apontava para a necessidade de educar as mulheres, esta nova visão era levada em conta devido à construção da cidadania dos jovens, que recebiam as primeiras noções de educação de suas mães, por isso, a necessidade de educá-las. O conhecimento da leitura e da escrita possibilita para muitas mulheres um modo de se expressar e se tornar visível na sociedade. Escritoras literárias surgiram no país neste período, publicando contos e teatros nos jornais. As primeiras palavras femininas foram impressas nos periódicos brasileiros no século XIX”. (TELLES in PRIORE, 2000, p.408)

À mulher, por muito tempo, em diferentes épocas, foi proibida a participação efetiva na sociedade justificada pelos motivos mais variados, que incluem desde a moralidade até a compleição física da mulher para a reprodução; da fragilidade feminina até ao machismo arraigado em muitas áreas do mercado de trabalho.

A participação da mulher na sociedade no decorrer da história está diretamente ligada à necessidade do seu trabalho e de suas intervenções em momentos específicos, mas determinantes.

4.2 Consequências da entrada da mulher no jornalismo esportivo

Silveira (2009) argumenta que o espaço que o esporte ocupa na imprensa, atualmente, é inédito quanto às proporções e reconhecimento pela sua importância e apesar disso ainda mantém-se sobre ele alguns resquícios de preconceitos acerca do iletramento de jornalistas ligados aos esportes e à editoria de polícia.

“Preconceito ou desvalorização de uma editoria tão importante para o jornal? Fato é que o Jornalismo Esportivo é, muitas vezes, desprezado pelos próprios colegas, que o consideram uma editoria menor. Yanez (1995) critica também essa concepção de que ele seria ‘o irmão pobre’ da comunicação. A ideia de que ‘todo mundo entende de esportes’, portanto todos podem escrever sobre o tema está completamente equivocada”. (SILVEIRA, 2009, p. 53)

Silveira (2009) destaca o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, possibilitando maior interatividade, ou seja resposta mais rápida e perceptível dos receptores

(espectadores, leitores) quanto às informações dadas, de forma que alguns temas surgem devido aos desejos do público consumidor.

“Essa aproximação com o leitor também é uma segurança para os editores, que com um público de um perfil mais definido, podem direcionar melhor as informações. E o leitor é recompensado, pois as informações que ele deseja encontrar estarão no veículo. Essa interatividade, então, interessa tanto aos produtores quanto aos receptores dos veículos segmentados”. (SILVEIRA, 2009, p. 50)

O *feedback* do público é muito importante para demonstrar a viabilidade de criação, manutenção ou extinção de suplementos especializados nos jornais como dicas sobre saúde, beleza, corpo que são inseridas na mídia devido às informações trocadas entre receptor e emissor no sentido de melhor atender às necessidades e gostos do leitor.

“A grande diversidade representa o acesso a assuntos antes ignorados, o que representa um saldo positivo, pois ocorre, conseqüentemente, uma renovação na linguagem. Afinal, para aproximar-se do leitor que busca informar-se de maneira cada vez mais precisa acerca do seu campo de interesse, o jornalista precisa trabalhar uma linguagem que seja mais adequada a determinado tema ou público”. (SILVEIRA, 2009, p. 50)

No entanto, Barbeiro & Rangel (*apud* SILVEIRA, 2009, p. 58) alertam que no jornalismo não há como agradar a todos, porque “não se faz jornalismo sem se fazer vítimas, ou melhor, sem provocar algum reflexo social. Se não provocar não é jornalismo”. A isso podemos, inclusive, associar àquele dito popular, a nível do senso comum: “a verdade dói”, mas não dói a todos, pois só atinge aos que se incomodam com ela ou que estão diretamente envolvido nos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da mulher na humanidade, tanto em questões sociais como profissionais, foi construída sob muitas batalhas e conquistas não só contra o seu próprio estereótipo de fragilidade física, mas também contra o sexo oposto, que não mediu forças para se manter no domínio econômico e ideológico ao longo da história. Os resultados dessa pesquisa consideram que essa desigualdade predisposta na condição da mulher durante a história retardou sua evolução não só como ser humano, mas como profissional.

O homem relegou à mulher por muito tempo, o papel doméstico de reprodutora de mão-de-obra. Com isso, ela foi “poupada” de muitas atividades sociais e esportivas devido à fragilidade que lhe atribuíram no decorrer do tempo.

O esporte, uma das principais atividades contribuintes no processo de emancipação da mulher em vários segmentos da vida humana, como foi possível ver no primeiro capítulo, indica ter sido um fator decisivo não só na evolução da própria mulher, mas também na história da humanidade, uma vez que a inserção da mulher no esporte e no mercado de trabalho mudou para sempre o rumo das coisas.

Vimos que a mulher conquistou espaços na sociedade dominada pelo homem econômica e ideologicamente e tais conquistas chegaram ao setor do jornalismo esportivo televisivo, onde se pode constatar a presença massiva delas nas editorias e na apresentação de programas. E respondendo uma das indagações feitas no início do trabalho, essa entrada da mulher no jornalismo esportivo televisivo coincidentemente ou propositalmente ajudou para que o jornalismo esportivo tivesse a conotação, o respeito e visibilidade que tem atualmente.

O que foi possível notar também no decorrer da pesquisa, ao contrário da dúvida plantada no início do trabalho sobre a inserção das primeiras mulheres no jornalismo esportivo televisivo, apesar da prática esportiva ter sido decisivo no processo de emancipação social feminina, as primeiras jornalistas esportivas não eram atletas.

Dentre as dificuldades enfrentadas nesse processo de busca à igualdade de direitos e reconhecimento, a competitividade com o gênero masculino ainda é um dos principais desafios para as mulheres que optam por esse campo do jornalismo televisivo.

As discussões mantêm-se e esperamos ter contribuído, modestamente, acerca desse debate que ainda não encontrou um panorama ideal para o crescimento igualitário dos profissionais, independentemente de sexo, cor ou religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Luiza K. *et al.* Esporte, Imagem Corporal e Exploração de Mídia. In: **III Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte**. Mitos & Verdades. São Paulo: USP/Faculdade de Educação Física. Fórum Internacional - 16 a 18 de setembro de 2004. p. 93-120.

BAND Sports. 2012. Disponível em: <<http://bandsports.band.uol.com.br/equipe.aspx>>. Acesso em: 18 out 2012.

BASTIDORES do Diário Gaúcho. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/diariogaucha/tag/variedades/?topo=52,1,,186,77/>>. Acesso em: 19 out 2012.

BATISTA, Renata Silva Batista; DEVIDE, Fabiano Pries. Mulheres, futebol e gênero: reflexões sobre a participação feminina numa área de reserva masculina. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 14 - Nº 137 - Outubro de 2009. p. 1-15.

CALAZANS, Caio. **Uma ideia sobre “Papo de Redação: Regiani Ritter solta o verbo para o Caixa Preta (Exclusivo)”** – Parte 1. setembro 5, 2011. Disponível em: <<http://caixapretafc.wordpress.com/2011/09/05/papo-de-redacao-regiani-ritter-solta-o-verbo-para-o-caixa-preta-exclusivo-parte-1/>>. Acesso em: 19 out 2012.

CANADA Remembers. **Women at War**. Hamm, Germany. National Archives of Canada/PA 128229. 12 June 1945.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de; TANURE, Betania; ANDRADE, Juliana. Executivas: carreira, maternidade, amores e preconceitos. **RAE electron.**, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482010000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 out 2012.

CASTELLANI FILHO, Lino. Esporte e Mulher. **Motrivivência**. Junho, 1989 —87-92.

COIMBRA, Marta Isabel do Nascimento Gonçalves. A imprensa escrita e o desporto: o gênero em questão. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 13 - Nº 122 - Julio de 2008. p. 1-9.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. Mulheres-atletas no mundo antigo e o discurso sobre a participação feminina nos Jogos Olímpicos modernos. **MÉTIS: história & cultura** — v. 9, n. 18, jul./dez. p. 49-69. 2010.

FROZZA, Anelise. **A Presença da Mulher na Cobertura de Futebol da RBS TV**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 67p.

GAMA, Dirceu Ribeiro Nogueira da; GAMA, Ana Paula Brito Nogueira da Gama. O corpo como uma fábrica de sonhos: representações sociais de corpo entre mulheres praticantes de atividade físicas que fizeram intervenções cirúrgico plásticas corretivas. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 13 - Nº 128 - Enero de 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte em perspectiva: entre incentivos e interdições...** Pensar a Prática 8/1: 85-100, Jan./Jun. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e Esporte no Brasil: entre Incentivos e Interdições elas Fazem História. **Revista Pensar a Prática**. UFG, V. 8, n. 1, 2005. p. 1-14.

JACQUELINE Silva. Vôlei de praia: Brasileiros na História. **Revista Veja Acervo Digital**. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/olimpiadas/2012/brasileiros-na-historia/6-jacqueline-silva.shtml>>. Acesso em: 17 out 2012.

KLAFS; C.; LYON, M. J. A mulher atleta. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

MARCO de Cooper. **100 Momentos olímpicos**. 2012. Disponível em: <<http://esportes.br.msn.com/olimpiadas-2012/historia-olimpica/100-momentos-ol%C3%ADmpicos-1?page=3>>. Acesso em: 17 out 2012.

MARIA Lenk. **Essência do Espírito Olímpico**. 2012. Disponível em: <<http://fotos.noticias.bol.uol.com.br/esporte/2012/05/29/maria-lenk-nadadora-brasileira.htm>>. Acesso em: 15 out 2012.

MARTINS, Mariana. **Participação das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/esporte/2012/08/a-participacao-das-mulheres-brasileira-nos-jogos-olimpicos>>. Acesso em: 17 out 2012.

MEMÓRIA do Rádio e da TV. 2010. Disponível em: <http://grandesnomesradioetv.multiply.com/photos/album/28?&show_interstitial=1&u=%2Fphotos%2Falbum#>. Acesso em: 18 out 2012.

MENDROT, Carla. **Regiani Ritter**: Pioneirismo dentro e fora dos gramados. Jornalistas & Cia. 18.01.2012. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/noticias-conteudo.aspx?id=224>>. Acesso em: 18 out 2012.

MEULDERS, DANIÈLE *et al.* Trabalho e Maternidade na Europa, Condições de Trabalho e Políticas Públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 611-637, set./dez. 2007.

MOTA, Cahê. **Fla inaugura sala de imprensa**. Espaço reservado para jornalistas na Gávea recebe o nome da assessora de imprensa Marilene Dabus. Rio de Janeiro. Globo Esporte. 10/02/09. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/internacional/>>. Acesso em: 18 out 2012.

MYLENA Ciribelli. **Blog da apresentadora na TV Record**. 2009. Disponível em: <<http://esportes.r7.com/blogs/mylena-ciribelli/>>. Acesso em: 18 out 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de *et al.* **Enfermeiras brasileiras na retaguarda da Segunda Guerra Mundial**: repercussões dessa participação. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 18, n. 4, Dec. 2009. p. 688-696.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo H.L.; TUBINO, Manoel J.G. A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci. e Mov.** 2008; 16(2): 117-125.

OLIVEIRA, Marina Fernandes de; PAIXÃO, Jairo Antônio da. Prática desportiva feminina: análise histórica de sua trajetória e implicações no âmbito das aulas de Educação Física escolar. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 14 - Nº 141 - Febrero de 2010.

PERES, Waldir Pagan Peres. Atividade olímpica, poder, comportamento, sexo, imagem corporal. In SIMÕES, Antonio Carlos *et al.* (Org) **III Fórum de Debates Sobre Mulher & Esporte**. Mitos & Verdades. Fórum Internacional - 16 A 18 de setembro de 2004. p. 53-56.

RAMOS, Simone. Mulheres no Jornalismo esportivo é tema do Bate-papo Jornalístico. São Leopoldo/RS. **Bate-papo Jornalístico**. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php?pagina=noticia-ler&id=379>>. Acesso em: 19 out 2012.

REIS, Graziela. Venda de camisas de futebol movimenta R\$ 200 mi por ano. **Jornal Estado de Minas Online** – Domingo 27 de julho de 2008. Disponível em:

<http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2008/07/27/em_noticia_interna,id_sessao=4&id_noticia=73268/em_noticia_interna.shtml>. Acesso em: 16 out 2012.

RIGHI, Anelise Farencena. **As Donas da Bola – Inserção e Atuação das Mulheres no Jornalismo Esportivo Televisivo**. Santa Maria/RS: Comunicação Social/Centro Universitário Franciscano, 2006. 84p.

ROCHA, Aristides Almeida. **O Esporte e a Inserção Social dos Excluídos: Contribuição do Panathletismo**. São Paulo: USP/Panathlon Clube São Paulo, 2004a. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/files/9/1/021412452004/Esporte.doc>>. Acesso em: 18 out 2008.

ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira**. Tese (Doutorado em Jornalismo). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004b. 221p.

SANTOS, Mirian Cristina dos. **Palestrando de Minas Gerais: a Produção Periodística de Elisa Lemos e Maria Emilia Lemos**. Dissertação (Mestrado em Letras). São João del-Rei/MG: Universidade Federal de São João del-Rei, 2010. 194p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Verônica Lima Nogueira. **Jornalismo esportivo ou de entretenimento: discussão sobre a possibilidade de uma cobertura jornalística**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 90p.

SILVA, Verônica Lima Nogueira. **Jornalismo esportivo ou de entretenimento: discussão sobre a possibilidade de uma cobertura jornalística**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 90p.

SILVA, Verônica Lima Nogueira. O Preço de um Sonho: a realidade do esporte que não é mostrada pela mídia. **Motrivivência** Ano XVIII, Nº 27, p. 49-71 Dez./2006.

SILVEIRA, Nathália Ely da. **Jornalismo Esportivo: conceitos e práticas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 91p.

SILVIA Vinhas. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=12514>>. Acesso em: 18 out 2012.

